

3 INFORMAÇÕES JURÍDICAS DE INTERESSE INSTITUCIONAL

3.1 PÚBLICO: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E INSTITUCIONAL

3.1.1 A segurança não está nos muros

José Luiz Quadros de Magalhães

Professor da Puc-MG e da UFMG

Mestre e Doutor em Direito Constitucional pela UFMG

Segurança e liberdade não são inconciliáveis. São, em certa medida, complementares. Em tempos de criminalidade crescente, terrorismo, desemprego e insatisfação o recurso ao discurso da segurança como perda de liberdade e aumento de controle encontra respaldo em uma sociedade assombrada, amedrontada pela mídia e pelos governos conservadores ou neoliberais.

A busca da segurança com a criação de mecanismos de controle, de isolamento, pode manter distante o perigo que vem do outro externo a uma comunidade, mas não tem como nos afastar de nós mesmos, não nos isola da condição humana. Se há a crença falsa de que alguns entre nós já nascem criminosos (o que é uma bobagem) o isolamento entre muros não nos afasta desta possibilidade que estaria na nossa natureza. Se a violência é inerente à condição humana e diante de determinadas circunstâncias todos nós podemos praticar atos violentos, de nada adianta, também, vivermos entre muros, pois o que deve ser evitado é que a paixão, a história, os encontros e desencontros não sigam os caminhos criados pela desigualdade, a humilhação e a exclusão. Se não pretendemos mudar as relações sociais e acreditamos que basta vigiar e punir, será necessário controlar a história de cada pessoa, casal, família, comunidade e sociedade. Como controlar as ações das pessoas? Como controlar as ações e desejos de agir que não podem ser percebidos pelas câmeras de controle? Colocando um mecanismo de controle dentro de cada pessoa: o medo, o sentimento permanente de medo.

O filme “A vila” conta a estória de uma sociedade controlada; isolada; fala da busca de uma sociedade sem violência, isolada, controlada e limitada por muros externos e pelo medo interno. Pessoas cansadas e amedrontadas querem controlar o tempo; o espaço e os valores de uma sociedade criada para não viver a violência. Mas qual violência? Para controlar a violência física cria-se a violência psicológica, a violência do medo; do não poder; do não desejar; a violência de não sair dos muros seguros e de esconder sua própria condição de sujeito.

Podemos fazer um paralelo do que ocorria no passado para controlar o comportamento das crianças: inventar o medo. Do bicho papão ao boi da cara preta, esteve presente no imaginário de diversas culturas a invenção do medo para controlar o comportamento das crianças. Se funciona com as crianças porque não fazê-lo então com todos. A geração artificial do medo (após os atentados de 11 de setembro de 2001 o governo norte-americano leva este conceito ao extremo). Reparem que não se trata do temor sobre um real histórico possível, mas um temor que ultrapassa o real. O perigo pode estar em cada esquina, em cada pessoa, em cada ação. O desconhecido é, por essência, perigoso mesmo que seja desconhecido. O medo paralisa e quanto maiores os temores

do que não existe menos nos expomos ao que existe. A segurança nestes termos não passa pelo conhecimento dos limites, mas pela limitação da ação, do desejo, trancando qualquer transgressão nos limites culpados de um sonho que se esconde de si mesmo.

Portanto, a segurança está em gerar um medo além dos limites do real. A partir daí tudo passa a ser idealizado e distanciado do real: os muros; o controle; as câmeras de controle policial; o efetivo policial; a armas que protegem; os presídios de segurança máxima; etc.

O medo torna as pessoas dóceis. Facilita a negociação com os direitos. As pessoas estão dispostas a abrir mão de qualquer coisa até o limite do medo que estas sentem. Quanto maior o medo mais fácil se torna a negociação. Assim vamos perdendo nossa intimidade, nossa privacidade, nossos direitos individuais, sociais e econômicos e nossas liberdades políticas.

A nomeação simplificadora se encarrega então de criar o outro. O “bandido”, este outro não humano (somos todos humanos e as barbaridades que cometemos são bastante humanas, infelizmente). Este outro estranho aos valores “humanos”, esta invenção deste outro não humano, que não merece direitos humanos por não ser humano é necessária para não enxergarmos este outro em nós. A compreensão de nossa condição se torna logo uma ameaça à segurança. Não podemos nos enxergar no outro. Este “outro” estranho passa a ser a razão de toda nossa insegurança e a sua eliminação (impossível) se torna o meio de garantir a nossa segurança.

No século XXI este outro é para alguns o terrorista; para outros o ocidental; para alguns o “bandido” o “monstro assassino”; para outros a polícia. Lembrando de um trecho da letra da música “Les uns et les autres” do filme “Retratos da Vida” de Claude Lelouch: “Se cada um é outro para um, raramente ele é um para o outro, apesar de todos os discursos e os pedidos de socorro, dos outros.”

Para refletirmos este século XXI na sua busca impossível (nestes termos) por segurança e liberdade; na realização de desejos nas demandas criadas pelo mercado e na castração do sonho, vamos buscar algumas reflexões a partir da história do século XIX.

O século XIX (e não só ele) foi o século do encarceramento, o afastamento físico dos não adaptados em estabelecimentos de internação coletiva como os presídios e os manicômios. Um exemplo típico de encobrimento do real.

O liberalismo econômico não saiu como esperado (por muitos). Da promessa de uma sociedade com oportunidade para

todos, liberdade e igualdade, livre mercado e economia democratizada, o liberalismo se mostrou na prática o que a teoria não escondia mas o discurso disfarçava: radicalmente excludente. Se o direito liberal era para homens brancos e a democracia para homens brancos e ricos a economia não poderia oferecer oportunidades para todos. Nem igualdade perante a lei, nem oportunidade, nem tampouco liberdade foi o resultado do liberalismo no século XIX, e as conquistas do voto igualitário e do voto feminino veio da ação dos partidos e sindicatos socialistas.

Desigualdade, exclusão e miséria, se não são os únicos fatores para a criminalidade são os fatores preponderantes no século XIX assim como nas sociedades e economias neoliberais contemporâneas. Não seriam necessários os muros se não houvesse tanta desigualdade que gera as novas cidades burguesas, os bairros ricos, os condomínios fechados com segurança privada, fundados na desigualdade e em valores tão individualistas. Uma sociedade fundada no individualismo, na competição e no egoísmo parece não ter muito futuro.

A equação que se formou no século XIX tem características interessantes que mostram a necessidade de encobrimento do real para aqueles que se encontram no poder. Vigia a época o voto censitário previsto na ordem constitucional liberal de boa parte dos países ocidentais. Por este mecanismo só votava quem tivesse propriedade e renda anual superior a um determinado patamar e só poderia ser votado quem tivesse renda ainda maior. Ora, a equação é fácil. A economia denominada liberal com total ausência de intervenção estatal permitiu que poucos dominassem os mercados. Estes poucos votavam e podiam ser votados e logo estavam no poder do estado. Para eles, o sistema econômico que excluía a maioria e gerava exclusão trazendo criminalidade, exclusão, desigualdade, não era um problema mas a solução. Logo como fazer com a criminalidade: para reduzir substancialmente o problema era necessário mudar o sistema econômico o que lhes traria um enorme problema uma vez que comprometeria sua crescente riqueza. Mas no poder do Estado estes “conservadores-liberais”, mesmo para manter seu poder

deveriam controlar a criminalidade. Logo para resolver o problema sem criar problemas para o sistema que lhes beneficiava nada melhor que desconectar os dois: separar criminalidade do sistema econômico-social. Mesmo que não se pudesse negar no mundo real uma relação entre os dois, agora, no discurso, os dois estão separados. A criminalidade passa ser responsabilidade exclusiva dos criminosos: que conclusão óbvia diriam alguns! Mas resta uma pergunta: porque os criminosos cometem crimes? Respondem os conservadores e liberais: ora, porque nascem doentes ou maus ou adoecem ou escolhem o caminho do mal. Afinal vivemos numa sociedade livre diriam os liberais e os conservadores. Logo para resolver o problema construíram presídios e manicômios, aumentaram as penas e os crimes, radicalizaram o tratamento e expandiram as patologias. Então gradualmente todos passam acreditar que solucionariam o problema da insegurança e criminalidade com presídios, muros, códigos, penas, manicômios, drogas legais, médicos e choques elétricos. Um problema semântico é ignorado: o controle passa a ser sinônimo de solução. Mas como solucionar um problema com controle? O controle controla, logo se ele controla ele não soluciona mas simplesmente mantém a situação sob controle (até quando não se sabe e aí reside o perigo desta aposta equivocada).

Este resumo de extrema simplicidade que acabo de fazer como um filme mudo em preto e branco se repete em pleno século XXI remasterizado, colorido artificialmente e com falsos diálogos científicos introduzidos com requintes de avanços biotecnológicos, pesquisas genéticas e outros espetáculos pirotécnicos que novamente buscam encobrir o real de uma parcela expressiva das pessoas. O que eu quis demonstrar é como a ideologia (empregada no sentido de distorção proposital do real) pode nos desviar a atenção. Desviar nosso olhar. Enquanto a bola esta na área adversária o goleiro de nosso time pode fazer qualquer coisa pois ninguém olha para ele. Logo ele nunca faz nada pois ninguém viu. Isto me faz lembrar o filme “O medo do goleiro diante do pênalti –Die angst des tormanns beim elfmeter”, do cineasta alemão Wim Wenders de 1972.